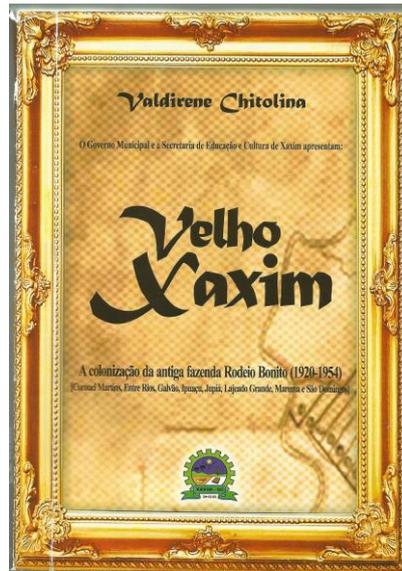


VELHO XAXIM

A COLONIZAÇÃO DA ANTIGA FAZENDA RODEIO BONITO (1920-1954)

Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuacu, Jupιά, Lajeado Grande, Marema, São Domingos e Xaxim

Valdirene Chitolina



Neste livro temos o ofício de uma historiadora registrando a história da antiga fazenda Rodeio Bonito, que mais tarde se tornaria o “Velho Xaxim”. Dessa forma, enriquecendo a historiografia regional. Valdirene Chitolina demonstrou espírito investigativo, indispensável ao historiador. Ela buscou diversas fontes e as traduziu num texto de agradável leitura, sem perder a seriedade, que atenderá a um público amplo e também ao público acadêmico. Lê-lo significa mergulhar no sertão oestino, nas primeiras décadas do século XX. Acompanhar o caminho percorrido pela autora é adentrar num universo histórico por meio da leitura de documentos, de fotografias e de relatos da memória; elementos indispensáveis para uma narrativa clara e consciente. A história, de um naco, do oeste de Santa Catarina é torneada com maestria neste texto.

Dra. Arlene Renk

PREFÁCIO

O livro “Velho Xaxim” é resultado da dissertação de mestrado *Interfaces da colonização do oeste catarinense: a antiga fazenda Rodeio Bonito (1920-1954)* defendida em 2008, na Universidade de Passo Fundo. Investiga-se, por meio desta pesquisa, o processo de colonização da antiga fazenda Rodeio Bonito, conduzido a partir de 1920 pela subcolonizadora Irmãos Lunardi. Essa área compreendia, no passado, o “Velho Xaxim”, atualmente desmembrado nos municípios de Coronel Martins, Entre Rios, Ipuacu,¹ Galvão, Jupιά, Lajeado Grande, Marema e São Domingos.² Porém, somente uma parte da área do município de Ipuacu pertencia à antiga fazenda Rodeio Bonito, a parcela desmembrada do município de Marema. Em 1953, o distrito de São Domingos é transferido de Chapecó para Xaxim.

O assunto colonização da fazenda Rodeio Bonito, num prisma geral, possui muitas semelhanças com outros projetos colonizadores ocorridos na região oeste de Santa Catarina. Do ponto de vista singular do tema, abordam-se aspectos do horizonte cultural, social, econômico, político e religioso do caboclo e do migrante, os quais serviram como elementos orientadores das esferas do trabalho, da família, do lazer, entre outros.

O recorte cronológico analisado é de 1920 a 1954: 1920, porque se refere ao ano de aquisição da fazenda Rodeio Bonito pela Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, tratada na pesquisa como subcolonizadora Irmãos Lunardi; 1954, porque assinala o desmembramento do distrito de Xaxim do “Velho Chapecó”.

Na segunda década do século XX, as terras da região oeste recentemente haviam sido legalizadas por medidas administrativas do governo catarinense, o que possibilitou um esquema denominado na literatura de “colonização”, por meio da posse efetiva das terras e da exploração potencializadas de seus recursos.

¹ Somente uma parte da área do município de Ipuacu pertencia à antiga fazenda Rodeio Bonito, a parcela desmembrada do município de Marema. “Art. 1º Fica criado o Município de Ipuacu, desmembrado do Município de Abelardo Luz, constituído pela área territorial do distrito de mesmo nome e parte dos Municípios de Xanxerê e Marema. In: SANTA CATARINA. Lei nº 8.531, de 30 de março de 1992. Disponível em:

<http://pt.wikisource.org/wiki/Lei_Estadual_de_Santa_Catarina_8561_de_1992>. Acesso em: 2 fev. 2008.

² De 1933 a 1953 figura o distrito São Domingos no município de Chapecó. É transferido para o município de Xaxim em 1953. In: IBGE *from* Santa Catarina: Banco de dados. Disponível em: <biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/saodomingos.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2008.

A colonização da fazenda Rodeio Bonito não foi um fato isolado na região oeste. Vivia-se uma onda colonizadora, inaugurada informalmente em 1908, em razão da construção do trecho catarinense da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, mas oficializada em 1916, com a assinatura do acordo sobre a Questão do Contestado.

Portanto, este estudo justifica-se por proporcionar certo avanço no campo historiográfico do oeste de Santa Catarina, possibilitando a compreensão do processo de colonização de uma área que abrange atualmente nove municípios da região.

Para alcançar as metas da pesquisa foram lançados olhares às disputas territoriais que envolveram o oeste catarinense e ao grupo social dos caboclos, há décadas estabelecidos nesse recorte geográfico.

Pretende-se, ainda, evidenciar o movimento migratório dos descendentes de europeus que nas primeiras décadas do século XX cruzaram a divisa do Rio Grande do Sul em direção ao oeste de Santa Catarina, mobilizados por ações do Estado, da Igreja e das companhias colonizadoras.

Para compreender as dimensões simbólicas de um espaço social, aborda-se a linearidade picada, via carroçável e estrada, com o propósito de perceber a construção do espaço viário como resultado da materialização do progresso econômico de uma região há séculos desassistida pelo Estado.

Discorre-se sobre as tecnologias empreendidas na exploração da flora regional, com o objetivo de associar ao fenômeno colonizador as dimensões econômicas e políticas fomentadas pelas especulações em torno das riquezas naturais da região.

Também, se relacionam os processos de instalação da agricultura familiar, do artesanato, do comércio, da indústria, da construção de moradias, das formas de lazer e da área da saúde com o fenômeno colonizador ocorrido na antiga fazenda Rodeio Bonito.

Acrescenta-se, ainda, o objetivo de discutir a proposta republicana ensejada pelo Estado de disseminar a nacionalização no sul do país, região etnicamente pluralista. Observa-se, ainda, a proposta clerical de oficializar o catolicismo romanizado na fazenda Rodeio Bonito, colonizada principalmente pelo grupo étnico confessional de ítalo-católicos.

Por fim, o trabalho aborda, de maneira singular, a evolução jurídico-administrativa de antiga fazenda para município, deixando explícita a complexa teia de interesses dos colonizadores, industriais, madeireiros, comerciantes e outros estratos da população envolvidos no processo emancipacionista do “Velho Xaxim”.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa investigou o processo de colonização empreendido na fazenda Rodeio Bonito, no oeste de Santa Catarina, de 1920 a 1954, em suas múltiplas correlações entre caboclos, migrantes e colonizadores, que, imbricadas a um conjunto de fatores interagiram e produziram a territorialidade étnica de nove municípios da região.

No decorrer da pesquisa constatou-se que a territorialidade do oeste de Santa Catarina é uma invenção política instituída oficialmente em 1916, com o fim da Questão do Contestado. Ao longo de sua formação histórica, foi um território disputado entre países e unidades nacionais.

Em virtude da herança luso-espanhola, a Argentina disputou com o Brasil o direito à posse das terras do oeste catarinense na Questão de Palmas, litígio resolvido em 1895. As fronteiras entre os vizinhos foram definidas pelos rios Peperi-Guaçu e Santo Antônio, beneficiando exclusivamente o Brasil. Alguns anos antes, para garantir a posse efetiva da região oeste ao país, o governo imperial criara a colônia militar de Xapecó.

Entre 1853 e 1916, Santa Catarina e Paraná também disputaram o direito de posse do que compreende hoje aproximadamente 50% do território catarinense, a chamada “região do Contestado”, envolvida numa guerra sertaneja que chegou ao fim com o massacre de milhares de caboclos e a rendição dos últimos sobreviventes.

No período que precedeu a Guerra do Contestado o caboclo da região integrava-se essencialmente na economia extrativa e tropeira, que tinha como principal rota a estrada de Palmas à região das Missões, no Rio Grande do Sul. Ao longo desse caminho surgiram pequenos povoados, dos quais um foi Passo do Xaxim.

Os caboclos, além das lides ervateira e tropeira, praticavam a agricultura de subsistência, utilizando a técnica da coivara e ferramentas rudimentares para o trabalho. A terra, ocupada em caráter temporário, não lhes representava um bem imobiliário; a alimentação provinha da agricultura, pecuária, caça e coleta de frutas da época; as casas eram construídas em poucos dias, com o uso de recursos naturais. Praticavam o catolicismo popular sem a intermediação direta de instituições clericais e mantinham relações de compadrio que legitimavam a ajuda mútua. Em relação à assistência pública estavam abandonados pelo Estado.

Durante o processo colonizador oestino, o caboclo foi, paulatinamente, sendo excluído das áreas que ocupava, de forma lícita ou ilícita, tornando-se mão-de-obra subalternizada principalmente nas indústrias madeireiras e na abertura de estradas na região.

No mesmo recorte cronológico em que os caboclos ocupavam as terras do oeste de Santa Catarina, no outro lado do Atlântico, motivados por inúmeras razões já apontadas na pesquisa, milhares de europeus se lançaram à travessia do oceano Atlântico, rumo à América. Dos que se espalharam pelo sul do Brasil, uma parcela se instalou nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul. Anos mais tarde, os descendentes desses imigrantes partiriam em direção ao oeste catarinense, essencialmente entre as décadas de 1920 a 1960.

Alguns fatores foram determinantes para a instalação dos migrantes rio-grandenses nas novas terras, como a postura do Estado, que, aliado às companhias colonizadoras, criou estratégias para a apropriação das terras em detrimento dos indígenas e dos caboclos. Esses grupos segundo as ideologias do Estado e da intelectualidade, não se encaixavam no perfil modernizador e progressista idealizado para o país naquele momento.

Ensejando os objetivos do Estado e das companhias colonizadoras, a primitiva fazenda Rodeio Bonito foi colonizada. Anteriormente, essa área foi propriedade dos herdeiros da baronesa de Limeira, mas nas primeiras décadas do século XX fora considerada terra passível de colonização. Assim, foi concedida pelo Estado para a colonizadora Bertaso, Maia & Cia. como forma de pagamento pela construção da via carroçável entre Passo dos Índios e Goio-En, um percurso de aproximadamente 30 km.

Ernesto Bertaso, sócio da Bertaso, Maia & Cia., ainda em 1920 vendeu a fazenda Rodeio Bonito, com uma área de 242.000.000 m², para Antônio, Giácomo, João e Pedro Lunardi. Em razão dessa transação comercial, constituiu-se a Empresa Colonizadora Irmãos Lunardi, que, em seguida, partiria para a colonização controlada, demarcando lotes destinados à agricultura familiar, à exploração da madeira e, em menor número, voltado ao comércio e à incipiente indústria. Segundo os dados coletados, os compradores eram basicamente de Guaporé, Veranópolis, Antônio Prado, Getúlio Vargas, Bela Vista, entre outros, no Rio Grande do Sul.

Os que saíram das Colônias Velhas do Rio Grande do Sul e migraram para fazenda Rodeio Bonito depararam-se no percurso com singelas picadas, por onde se passava a pé, a cavalo ou em cargueiros. No curso dos anos as antigas picadas foram

transformadas em estradas carroçáveis e, mais tarde, em vias rodoviárias. Segundo a pesquisa, na década de 1940 as carroças circulavam lado a lado com os caminhões e, em menor número, com ônibus e automóveis e outros meios de transportes.

Os migrantes rio-grandenses na antiga fazenda Rodeio Bonito potencializaram as terras, exploraram as matas e instalaram dezenas de serrarias. A produção era exportada para a Argentina via Uruguai, por balsas. Em consequência do processo colonizador, além das madeireiras, surgiram no oeste as bodegas, os moinhos, os alambiques e os frigoríficos os quais articulavam a produção familiar, viabilizando o comércio interno da região.

No oeste catarinense o migrante reconstruiu novos espaços, de acordo com suas necessidades e condições. Em relação ao trabalho, assim como nas Colônias Velhas do Rio Grande do Sul, materializaram-se práticas desiguais na divisão das tarefas. A dominação paterna, a exclusão feminina em relação ao capital acumulado, os poucos recursos, a rígida disciplina, os castigos físicos eram uma realidade na vida privada dos ítalo-rio-grandenses em terras catarinenses.

Outro aspecto constatado no fenômeno colonizador da antiga fazenda Rodeio Bonito foi o descaso com que as autoridades estaduais tratavam a saúde pública na região. A falta de infraestrutura obrigava o deslocamento dos necessitados para o Rio Grande do Sul, pois só mais tarde, vinte anos depois de iniciado o processo de colonização, em 1942, construiu-se o hospital São Pedro na sede do distrito de Xaxim.

Nas perspectivas religiosas e educacionais evidenciadas no processo colonizador ficou claro que a Igreja Católica e as escolas operavam, na prática, separadamente. No entanto, em conjunto, essas instituições difundiam os ideais de nacionalização e modernidade almejados pelo Estado, além do catolicismo romanizado, que ia ao encontro das necessidades da Igreja Católica a qual visava expandir a cristianização em virtude do crescente processo de secularização que se vivenciava naquele momento.

No aspecto religioso, além dos interesses da Igreja e do Estado, houve o proveito de líderes políticos representados pelos empresários das extintas colonizadoras Bertaso, Maia & Cia. e Irmãos Lunardi. O processo linear de capela, igreja e paróquia materializou-se com o apoio efetivo dos antigos empresários da colonização e os interesses privados buscaram amparo no poder da Igreja. Muitos atores desse cenário figuraram no processo emancipacionista do distrito de Xaxim.

A ideia de progresso, de antiga fazenda Rodeio Bonito para município de Xaxim, desfoca as tramas, os interesses econômicos e as imbricações políticas que

permearam a tessitura social de uma região que vivenciou um jogo de interesses que privilegiou colonizadores, madeireiros, comerciantes e industriais, em detrimento da maioria da população, composta por pequenos proprietários, agricultores, mulheres e caboclos, explicitamente ignorados no processo emancipacionista.

Os atores que perseguiram a emancipação da antiga fazenda Rodeio Bonito ligavam-se, essencialmente, ao setor urbano, e o grupo étnico mais representado foi o dos ítalo-rio-grandenses, seguidos pelos luso-brasileiros. A estrutura social era formada por profissionais liberais, madeireiros, industriais e colonizadores, principalmente membros da família Lunardi, líderes que, além de comandarem suas empresas, voltaram-se para a política. Por outro lado, dos que buscaram a emancipação e tornaram-se candidatos nas eleições de 3 de outubro de 1954 sobressaíram-se os colonizadores, os madeireiros e os industriais.

Perceberam-se as inúmeras mudanças que a antiga fazenda Rodeio Bonito vivenciou a partir de 1920, tais como a depuração do modo de viver do caboclo, que, impotente, foi afastado das áreas que ocupava; a colonização da área por milhares de migrantes rio-grandenses, os quais reconstruíram espaços nas novas terras; a exoração da flora regional; a formação de um campesinato voltado para a agricultura familiar; a formação de uma elite política que ensejava participar do poder local e regional, objetivos coroados pela emancipação jurídico-administrativa de Xaxim.

De acordo com o contexto trabalhado, esta pesquisa suscita outras questões que poderão ser aprofundadas sobre o fenômeno colonizador da antiga fazenda Rodeio Bonito, as quais se podem destacar as consequências das revoluções de 1923, de 1930 e da II Guerra Mundial para a região.

Outra questão é sobre o comportamento dos caboclos em relação à preservação da natureza, materializada na conservação dos faxinais, e a despreocupação do migrante que explorou e devastou, em larga escala, a flora regional.

A quase um século do início da colonização do oeste de Santa Catarina, a concepção de sertão inculto e atrasado, em comparação ao Litoral, tão nitidamente apontada pelos intelectuais que participaram, em 1929, da expedição de Adolfo Konder, diminuiu ou acentuou-se em relação à política, à economia, à educação, à saúde e a outros serviços públicos prestados pelo Estado?

Em que momento e por que a Igreja Católica, hegemônica na antiga fazenda Rodeio Bonito, no recorte temporal estudado, perdeu o monopólio da fé cristã e como se deu a pluralização de outras religiões nessa área?

Que lembranças o migrante idoso guarda na memória sobre a experiência de estudar nos educandários religiosos, no período da colonização?

Outra questão em aberto refere-se à área da fazenda Rodeio Bonito, que, segundo a documentação pertencente à colonizadora Bertaso, Maia & Cia., utilizada por Walter Fernando Piazza e por Renilda Vicenzi, abrangia uma extensão de 288.203.010 m², mas, de acordo com o contrato de venda da Bertaso, Maia & Cia. para a Irmãos Lunardi, era menor, com 242.000.000 m². Por sua vez, fontes do IBGE, no referente à área do município de Xaxim no período da emancipação, citam a extensão de 1.128 km².

Além disso, existem outros aspectos, como o pleito eleitoral de 1954, que poderão servir de inspiração para trabalhos futuros: a composição social dos eleitores, a locomoção para chegar às urnas, a campanha política, a forma de propaganda, entre outros.

Por certo, as questões abordadas neste livro poderão ser estudadas numa perspectiva mais ampla, apesar de todo o esforço empreendido para interpretar uma realidade que já não existe, mas que faz parte da história de Coronel Martins, Entre Rios, Galvão, Ipuacu, Jupιά, Lajeado Grande, Marema, São Domingos³ e Xaxim, municípios que no passado constituíram a área da antiga fazenda Rodeio Bonito.

³ Lembrando que em 1953, o distrito de São Domingos é transferido de Chapecó para Xaxim.